

CORREIO DE CAMPINAS



Nelson Hosrri é bugrino, e Alexis Fonteyne, pontepretano

Diferenças não separam: a grande dobrada da direita 1

Dizem por aí que a direita no Brasil é desunida e que este é um dos motivos, inclusive, de ter perdido algumas eleições. Mas, em Campinas, a banda toca diferente. Pelo menos no que depender de Alexis Fonteyne (Novo-SP) e de Nelson Hosrri (PSD-SP), que decidiram focar no que os une, ao invés de que os separa. Além de estarem em partidos distintos, torcem para times rivais: Hosrri é Guarani. Já Fonteyne, Ponte Preta. Mas, ambos defendem as mesmas bandeiras e sabem que são mais fortes juntos, que separados. Por isso, são a grande dobrada da direita em Campinas. “Você é um vereador muito ativo, defendendo as pautas conservadoras, liberais, a liberdade econômica e de expressão”, afirmou Fonteyne sobre Hosrri.

A grande dobrada da direita 2

Hosrri foi o único parlamentar de direita a prestigiar um recente evento do Novo, na Câmara Municipal de Campinas, mesmo sendo de outra sigla - no caso, do PSD. “E é assim que tem que ser”, afirmou o parlamentar, pré-candidato a deputado estadual. Fonteyne é pré-candidato a federal. Já representou Campinas na Câmara Federal de 2019 a 2023, com foco na redução da burocracia e competitividade nacional após obter 45.298 votos.



Vereador entra na trend: versão ChatGPT

Currículo em versão caricatura

O vereador Filipe Marchesi (PSB-SP) entrou na trend da caricatura do ChatGPT e aproveitou pra montar o próprio currículo ilustrado. Na imagem, aparecem obras de asfaltamento, quebra-molas, a UPA São José e a Areninha Abaeté. Na legenda, o resumo otimista: “um pouco do nosso trabalho por Campinas”. A nova moda parece clara: se não deu tempo de entregar tudo na realidade, dá pra entregar na arte. Em 2026, o portfólio político vem em versão desenho. Trend é trend, e tem gente tratando caricatura como prestação de contas.

Câmara faz por merecer

A credibilidade da Câmara está chafurdando na lama. Mas, não à toa. Vem fazendo por merecer há tempos. E, o pior, não aprende. Esta semana mesmo rejeitou por unanimidade o pedido de Comissão Processante contra Permínio Monteiro (PSB-SP), não dando a oportunidade nem de investigá-lo. Esta é a quinta passada de pano da Casa em um período de 15 dias.

PINGA-FOGO

Precisa de lei? 1

A burocracia e a necessidade de legislar sobre itens óbvios não são prerrogativas da Câmara campinense. São o reflexo do Brasil. A Comissão de Constituição e Legalidade da Casa aprovou a votação do projeto de lei que obriga instituições médicas a fornecer dados de saúde dos próprios pacientes.

Precisa de lei? 2

Em plena era da informática, o PL visa garantir que pacientes tenham acesso facilitado e rápido às informações contidas em prontuários médicos em estabelecimentos de saúde públicos e privados de Campinas. A proposta reforça que o prontuário pertence ao paciente e que o acesso deve ser permitido a ele.

Precisa de lei? 3

Já Debora Palermo (PL-SP), como sempre, fez um projeto útil, criando o Programa Municipal de Alerta Imediato para Crianças e Adolescentes Desaparecidos – “Alerta Amber Campinas”. O sistema visa garantir resposta rápida e eficaz em casos de desaparecimento de menores em situação de risco iminente.

Precisa de lei? 4

O Alerta Amber surgiu nos EUA em 1996, após o sequestro e assassinato de Amber Hagerman, 9, no Texas. É um dos programas mais eficientes do mundo para localização de menores desaparecidos. Emite alertas oficiais urgentes à população por celulares, redes sociais, rádio, tv e painéis eletrônicos, com foto e informações da vítima.

Precisa de lei? 5

Debora não decepciona. Além de projetos que prestem, não dorme no ponto. Pediu rapidez na votação de leis voltadas à causa animal, devido aos recentes casos bizarros na cidade, como o do cavalo que morreu agonizando na rua e do cão morto a tiros pelo tutor.

Precisa de lei? 6

Ao presidente da Casa, Luiz Rossini (Republicanos-SP) Debora entregou um manifesto com 350 assinaturas pedindo prioridade aos projetos relacionados à proteção animal já em tramitação. As assinaturas foram colhidas em protesto da causa no Taquaral.

Irmandade de Misericórdia de Campinas (Santa Casa)



Hospital de Campinas precisa de recursos urgentes

Santa Casa comemora MP de Lula com ressalva

Medida autoriza uso do FGTS para empréstimos bancários

Raquel Valli

A Santa Casa de Campinas comemorou a medida provisória assinada pelo presidente Lula que autoriza o uso de recursos do FGTS para empréstimos bancários, atendendo a um pleito histórico do setor. Mas, a instituição lembra que a iniciativa é de longo prazo e que as necessidades dos hospitais filantrópicos são imediatas. “Essa medida abre uma possibilidade concreta de reorganização das dívidas, melhoria das condições de financiamento e maior previsibilidade para investimentos em estrutura, tecnologia e qualidade assistencial”, afirma o médico urologista Murillo Almeida, provedor da Santa Casa campinense. “Porém, uma medida provisória é algo que ainda tem um enorme caminho até ser sancionada. Será que entrará como pauta de urgência no Congresso? Pergunto isso porque as Santas Casas precisam de recursos urgentes. São necessidades que precisam ser atendidas imediatamente para garantir a sustentabilidade dos serviços e o atendimento à população”, complementa o gestor, que está à frente da instituição há 17 anos e que também foi vice-presidente da Sociedade de Medicina e Cirurgia de Campinas de 1994 a 1996.

A MP

Permite que instituições de saúde sem fins lucrativos utili-

zem verbas do FGTF em empréstimos bancários. Estabelece a vigência do mecanismo até 2030 e contempla hospitais filantrópicos, associações voltadas ao atendimento de pessoas com deficiência e entidades que colaboram com a rede pública de saúde. Retoma o modelo aplicado entre 2019 e 2022 para facilitar o fluxo de caixa dessas unidades mediante o uso de reservas do fundo para operações de crédito.

A estimativa oficial da União indica a disponibilidade de R\$ 4 bilhões em 2026. As condições contratuais preveem redução de encargos em cerca de 30%, além de prazo de quitação de 180 meses (15 anos) e período de carência de um ano para o início dos pagamentos.

Endividamento crônico

As Santas Casas e os hospitais filantrópicos realizam 54% dos atendimentos do SUS. A campinense registra passivo superior a R\$ 250 milhões. O balanço patrimonial de 2023 detalha ativos não circulantes de R\$ 325,9 milhões e obrigações de longo prazo no montante de R\$ 84,7 milhões. Desse total, R\$ 61,4 milhões correspondem a dívidas tributárias parceladas.

O déficit financeiro é mensal e ocorre porque a conta não fecha, já que os repasses do Sistema Único de Saúde cobrem apenas 60% dos custos.